

A Orquestração do Regime Militar Brasileiro na Ótica das Relações Públicas: uma análise dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva (1964- 1969)

Eloysa Lopes de Souza¹
Catherine Marinho Santana²
José Guibson Delgado Dantas³

Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, AL
Universidade Salvador, Bahia, BA

Resumo

O golpe midiático-civil-militar de 1964 encerrou o governo democrático de João Goulart, inaugurando um dos períodos mais nefastos da história política do Brasil. Apesar de ser um tema muito discutido nas disciplinas de Ciências Humanas e Sociais, o Golpe de 64 é ignorado pela maioria dos acadêmicos de Relações Públicas, o que justifica a relevância da pesquisa que foi feita em quatro fases: revisão de literatura sobre Teoria das Relações Públicas e sobre o referido período histórico do país; seleção da amostra de estudo; categorização qualitativa da amostra; e por fim, a interpretação e análise comparada dos resultados. Dessa forma, pode-se concluir que o período de maior endurecimento do regime foi também o que apresentou o maior controle midiático, norteado pelo desejo de consolidar ideologicamente o governo e manter os opositores vigiados e com direitos civis limitados.

Palavras-chave

Governo Militar Brasileiro; Relações Públicas; Controle Social;

Introdução

“O governo assenta em duas coisas: refrear e enganar. O mal desses termos lantejoulados é que nem refreiam nem enganam. Embedam, quando muito, e isso é outra coisa.” (Fernando Pessoa)

O golpe de estado do dia 31 de março de 1964 trouxe a ruptura do regime democrático e o começo dos chamados “tempos de chumbo” - período em que os

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Graduanda no curso de Relações Públicas, souzaeloyasa@gmail.com

² Universidade Salvador (UNIFACS) - Graduanda no curso de Jornalismo, marinhocatherine@gmail.com

³ Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Orientador e docente do curso de Relações Públicas, guibsondantas@hotmail.com

direitos políticos e civis de grande parte dos brasileiros foi usurpado, quando a liberdade de expressão tornou-se delito e o terror ideológico converteu-se em legítimo instrumento de segurança nacional. Apesar do clima de medo, uma parcela da população deixou-se levar pelos dados econômicos apresentados pelo governo, centrados na informação de que o Brasil passou a integrar o grupo das dez maiores economias do planeta em menos de uma década.

Com o progresso do país houve a expansão do consumo da classe média, fortalecendo ainda mais a propaganda governamental no período. Era esse encadeamento de eventos que fortalecia o poder e autoritarismo dos militares. No entanto, a modernização do país não atingiu a todos, aumentando ainda mais o abismo entre ricos e pobres. Muitos passaram a chamar o Brasil de “Belíndia” (Bélgica na Índia), pois, segundo Baer (1996) existia uma população de cerca de 22 milhões com uma renda per capita de US\$ 1,2 mil, enquanto os outros 85 milhões tinham rendas inferiores a US\$ 300.

Para ocultar fatores contraditórios - como a falta de equidade e as necessidades distributivas do milagre econômico, a violência cometida aos estudantes, assim como a censura sobre a imprensa, aos artistas e intelectuais- investiu-se na produção de propagandas governamentais, em que se ocultava a face violenta e repressiva do regime militar.

Segundo Napolitano (2014, p.160), “é inegável que, para a imensa maioria da população pouco envolvida com a ideologia revolucionária da esquerda e sem uma opinião política muito clara e coerente, o Brasil vivia tempos gloriosos no começo dos anos 70 [...]”. Os militares mantinham relação com agências de propaganda desde antes do golpe. Através da obra de René Armand Dreifuss, o qual discute o funcionamento do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), parte da renda do instituto era destinada às agências para a produção de propagandas contra a presidência de João Goulart. Este dinheiro também era arrecadado através da contribuição de empresas multinacionais.

Após o golpe, tornou-se necessário conservar a imagem positiva dos militares, que passaram a ser responsáveis pelas decisões políticas do país. Utilizou-se a censura e repressão dos chamados “subversivos”, através da grande máquina repressiva do

sistema baseada em vigilância, censura e por fim repressão, utilizando a doutrina de Segurança Nacional como argumento para tais medidas.

Para que a mídia compartilhasse valores que tinham o apoio da ditadura, foi criado o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) controlado pelo SNI e pelo DOPS. O órgão teve a função de censurar os meios de comunicação, ou seja, só seriam transmitidos conteúdos aprovados pelos militares, de contexto conservador e nacionalista, que não ferissem os bons costumes ou o autoritarismo do regime.

Outra estratégia de consolidação de uma imagem positiva no governo militar foi a criação da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) no ano de 1968, em razão de Castelo Branco negar-se a efetuar uma campanha de relações públicas para melhoria da imagem pública em sua gestão.

Mesmo após a criação da agência na presidência de Costa e Silva, a assessoria não obteve bons resultados. Os trabalhos da agência só foram efetuados de forma efetiva quando foi chefiada pelo Coronel Octávio Costa, já com Médici no poder. De acordo com Skidmore (1988, p.223), “uma das técnicas mais eficientes da AERP consistiu em associar futebol, música popular, presidente Médici e progresso brasileiro.”

Apesar das relações públicas ser pautada por um viés democrático (ANDRADE, 1965), a AERP não se configurou desta forma, sendo criada com o objetivo principal de reforçar a boa imagem do regime, ocultando qualquer tipo de violência e repressão no período. Tal fator trouxe como consequência uma visão equivocada da atividade de relações públicas anos após a ditadura.

O governo Castelo Branco (1964-1967)

“O governo assenta em duas coisas: refrear e enganar. O mal desses termos lantejoulados é que nem refreiam nem enganam. Embedam, quando muito, e isso é outra coisa.” (Fernando Pessoa)

O governo militar que foi imposto no Brasil a partir dos anos 60 tinha como objetivo inicial a solução para a crise econômica na qual o país se encontrava – com altas taxas de inflação e desemprego. Além da questão macroeconômica, a referida

conspiração política temia que a “revolução comunista” chegasse ao Brasil nos moldes do conflito armado que anos antes havia deposto o mandatário cubano Fulgêncio Batista.

“O regime evitava desencadear uma repressão generalizada, à base de violência policial direta e paralegal, como aquela exigida pela extrema-direita militar, sobretudo contra artistas, intelectuais e jornalistas. Os ideólogos e dignatários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia”.” (NAPOLITANO, 2014, p.67)

Então, no dia 1º de Abril de 1964, João Goulart anuncia sua renúncia e a partir daí, os militares ocupam o espaço de vacância da presidência. Castelo Branco, o primeiro presidente do regime, declarou sua posse no dia 11 de Abril de 1964, dando início ao regime que durou 21 anos.

Então, no dia 1º de Abril de 1964, João Goulart anuncia sua renúncia e a partir daí, os militares ocupam o espaço de vacância da presidência. Castelo Branco, o primeiro presidente do regime, declarou sua posse no dia 11 de Abril de 1964, dando início a um regime que durou 21 anos.

Entre os anos de 1964 e 1967 sucedeu a primeira fase do governo militar, intitulado como os anos da “ditabranda” por alguns estudiosos do assunto – apesar de não adotarmos o termo neste trabalho pois não nos posicionamos sobre o governo de Castelo Branco não como uma ditadura “branda” ou “envergonhada”, acreditamos que foi um governo estratégico em seus meios. Nesses três primeiros anos de regime foram assinados quatro atos institucionais e muitos outros atos complementares, além da Lei da Segurança Nacional. Era o momento de preparação institucional e constitucional para a consolidação de um governo antidemocrático.

Durante o regime de Castelo Branco, a máquina governamental objetivava manter o controle social a partir de atos de repressão focalizada: atingia apenas sindicatos trabalhistas, trabalhadores politizados e a classe política reativa, como a do movimento

estudantil, que através da UNE⁴ e outras organizações, tinham um posicionamento reformista.

Na verdade, o que tínhamos no Brasil não era uma ditadura envergonhada ou uma “ditabranda”, como já foi mencionado em literaturas sobre o tema, mas uma ditadura que agia estrategicamente com a intenção de conter opositores para que pudesse assumir um sucessor de linha dura através de uma construção constitucional autoritária. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 69),

“Embora tenha passado à história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira”.

O primeiro ato institucional, decretado no dia 9 de Abril de 1964, não foi numerado, pois até então acreditava-se que seria o único. O primeiro ato oficializou a deposição de João Goulart enquanto presidente da república e autorizou a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. De acordo com Carlos Castello Branco (2007), este ato atingiu 4.454 pessoas até outubro do mesmo ano, sendo 2.757 militares.

Ainda em 1964, com o intuito de controlar as atividades do movimento estudantil foi criada a lei nº 4.464, conhecida como “Lei Suplicy Lacerda”, a qual permitia apenas um movimento estudantil, subjugada pelo Ministério da Educação. Segundo Marcelo Ridenti (1993, p.123) :

A Lei Suplicy procurava manter o movimento estudantil, mas, comportado e dentro das escolas, apoiando os esforços do novo regime pelo “desenvolvimento nacional”, e livre das influências do ativismo de grupos supostamente minoritários e subversivos, que desvirtuariam o movimento.

A Lei Suplicy objetivava atingir a autonomia e a representatividade política estudantil, apresentando medidas que deslegitimassem as suas idéias, sendo impedidos de manifestações político-partidárias e submetidos à fiscalização dos órgãos superiores, por tutela. Ademais, o diretório acadêmico ficou sob o controle do conselho

⁴ União Nacional dos Estudantes

departamental, e o diretório central dos estudantes era fiscalizado pelo conselho universitário.

O ato institucional Nº 2 foi decretado no dia 27 de outubro de 1965 e foi, de certa forma, uma resposta à vitória de candidatos da oposição ao governo em cinco Estados naquele ano. O ato dissolveu partidos políticos existentes e chancelou a eleição indireta para presidência da república.

Já o ato institucional Nº 3, decretado no dia 5 de fevereiro de 1966, instituiu as eleições indiretas para governador e nomeação de prefeitos, enquanto o quarto ato obrigou o Congresso Nacional a votar o projeto de uma nova constituição, que viria a validar a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional em 1967.

Elaborada pelo Congresso Nacional pelo comando dos militar, a quinta constituição republicana do Brasil buscava institucionalizar definitivamente o governo militar e incorporava basicamente o que já havia sido decretado nos atos institucionais. Seguida da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, a constituição validou as ações governamentais.

A Lei de Imprensa, ou Lei Nº 5.215, de 9 de fevereiro de 1967, “regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.”⁵ Em outras palavras, delimitou a liberdade de expressão e opinião da imprensa e dos meios de comunicação com o intuito de proteger o presidente da república e outros representantes políticos das reações da opinião pública contra suas decisões. Estabeleceu-se a proibição de qualquer publicação que o conteúdo não fosse conivente com o sistema, dificultando assim a prática de um jornalismo crítico e cívico.

Em Março do mesmo ano foi divulgada a lei de nº 314, ou simplesmente a “Lei de Segurança Nacional”, que tornava todo cidadão brasileiro ou estrangeiro um suspeito imediato, abrindo caminho e justificando o aumento da repressão nos anos seguintes. No decreto, é institucionalizada a repressão do que seria considerado “guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”.

Ao todo, entre 1964 e 1977, foram 17 atos principais e 104 atos complementares que serviram de apoio ao poder executivo e reforçava a autoridade hierárquica e

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm

centralista do governo. Vale ressaltar que destes atos, quatro foram assinados pelo Marechal Castelo Branco em seu exercício na presidência, entre 1964 e 1968, e serviram como uma orquestração constitucional para o viria a ser o regime militar brasileiro.

O governo Costa e Silva (1967-1969)

O período de 1968-1973 foi instituído como o de maior repressão política devido a vigência do Ato Institucional Nº5 (AI-5), o qual suspendeu a democracia e rompeu com a possibilidade de uma cultura cívica. Entretanto o momento político foi mascarado pelas melhorias na economia (viabilizada pelo amparo internacional), desencadeando dessa forma em um processo de modernização no país. De acordo com Rollemberg (2006) este período centrou-se a atender minimamente às necessidades, deixando a liberdade em segundo plano. Sobre o AI-5, a autora afirma:

Seguindo a característica muito própria ao regime no Brasil, demonstra a preocupação dos militares de legalizar a ditadura, ou seja, tornar institucional as arbitrariedades cometidas, negando, portanto, o caráter ditatorial do regime, uma vez que amparado na lei (ROLLEMBERG, 2006, p. 3) .

A principal estratégia dos governos militares na consolidação do regime foi o total controle dos instrumentos midiáticos, de forma restritiva com censuras e também com propagandas ideológicas na produção cultural de massa. Destacam-se as novelas, programas de auditório, copa do mundo e propagandas institucionais como instrumentos que visavam desviar a atenção coletiva da estrutura autoritária e excludente e da violência mascarada aos opositores do regime.

Para Siega (2007) as novelas produzidas no período militar copiaram muito dos temas que o cinema italiano utilizou para promover o fascismo, como a valorização da figura do pai e da família, a propaganda sobre a melhora da vida nos campos, a emancipação feminina em relação ao trabalho, a ironia sobre uma velha oligarquia e as ambientações históricas em contexto positivista.

Novelas como *Véu de Noiva* (1969/1970) de Janete Clair e *Verão Vermelho* (1969/1970) de Dias Gomes passaram a contextualizar suas histórias através de um pano de fundo moderno da cidade, construindo um retrato otimista do país. Embora fossem produções de entretenimento, esse empreendimento cultural visava “unir” os brasileiros a um só ideal, a “pátria amada”. Napolitano (2010) enfatiza que a fortificação da censura junto à propaganda oficial do governo e a repressão tácita - não sentida por aqueles sem ideologias claras - influenciaram na criação de um clima de relativa calma social.

Segundo Siega (2007, p. 243), “a estética realista foi considerada a mais eficaz para representar valores e projetos do regime militar, que uniu o sentimento patriótico dos brasileiros à sensação do real propiciada pelas representações audiovisuais”.

Muitas das propagandas políticas eram voltadas para jovens para que estes sentissem que também faziam parte do “progresso” presente no país, como um sistema político feito para a juventude, e construído por ela. Neste âmbito foram criadas as disciplinas Moral e Cívica (primário e ginásio), Organização Social e Política Brasileira (científico) e Estudos dos Problemas Brasileiros, na graduação universitária. O objetivo era formar uma geração com diferentes valores e ideologias, caracterizadas pelo autoritarismo e conservadorismo. Para Siega (2007, p.7):

A integração entre a juventude e o regime, porém, era feita de aparências. Na realidade, os presidentes eram velhos generais e seus opositores mais aguerridos eram exatamente os jovens, que deixavam para trás família, exército e escola para dedicar-se à luta armada.

Outro instrumento estratégico foi a criação e exercício da Assessoria Especial de Relações Públicas - AERP, agência governamental de Relações Públicas fundada no governo Costa e Silva. O órgão teve como primeiro administrador o Coronel Hernani, mas só passou a atingir resultados positivos a partir de sua segunda gestão, chefiada por Otávio Costa.

Este órgão exercia a função de difusão da ideologia progressista por meio da omissão das contradições sociais presentes. Com slogans que enfatizavam forte

sentimento nacionalista como "Ninguém segura este país", "Este é um país que vai pra frente", a AERP difundiu um sentimento ufanista e otimista sobre o momento político e econômico vigente. De acordo com Rollemberg (2006, p.8), “nas campanhas, o país se confundia com o governo e ser contra este era, portanto, ser um mau-brasileiro”.

Considerações finais

O primeiro governo da ditadura não possuía um departamento de Relações Públicas específico, tampouco a profissão era regulamentada. Só no ano de 1967 foi aberto o primeiro curso de graduação na área (DANTAS, 2016).

O período Castalista – o inaugural do regime militar - pode ser caracterizado em três pontos importantes: a dissociação de intelectuais reformistas na política, o corte de laços desses intelectuais com movimentos sociais de base popular e a política de equilíbrio adotada para que pudesse institucionalizar o governo.

Após Castelo Branco, podemos identificar, de forma mais clara, a atuação das Relações Públicas a serviço do governo com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que a partir de 1968 veiculava filmes enaltecendo o amor e a idéia de um “Brasil potência” na televisão brasileira (FICO, 2004).

Existia um conflito de posicionamento sobre as estratégias comunicacionais adotadas pela AERP e a organização militar defendida pela linha dura do regime. A AERP – com o apoio do DCDP4 - exercia o controle social de forma “pedagógica”, através de estratégias de propaganda política, com caráter formativo, “educando” o brasileiro para que ele não abraçasse as chamadas ideologias subversivas de caráter marxista enquanto a linha dura do regime militar optava por fazer o controle através do uso da força e da autoridade jurídica.

O governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que alguns autores caracterizaram como “ditabranda” foi, sob a ótica das Relações Públicas, um regime que soube trabalhar positivamente a sua imagem, usando como estratégia, talvez, o baixo investimento em peças de propaganda procurando a manutenção do clima social e

cultural no processo de construção constitucional do regime, deixando até os dias atuais uma imagem de ordem e cautela no que se diz à repressão cívica e cultural.

Já o governo Costa e Silva preocupou-se, desde o início, em adotar premissas de relações públicas para se manter no poder. Isso fica claro quando analisamos a criação da AERP, no ano de 1967, órgão que tinha a função de reforçar a boa imagem do regime, ocultando a violência e repressão dos anos de chumbo, que amparados ao AI-5 conseguiram produzir uma propaganda unilateral, sem qualquer tipo de crítica de oposição. Tal fator trouxe como consequência uma visão equivocada da atividade de relações públicas nos anos que sucederam o período militar.

Os militares através deste órgão começaram a utilizar o poder da propaganda como ferramenta de consolidação governamental ao difundirem suas mensagens a partir dos meios de comunicação de massa como rádio e televisão, combinando frases curtas e de fácil entendimento, as quais exprimiam valores como união, trabalho e progresso. Junto a isso utilizavam símbolos como águias, mãos dadas, diversidade e cores da bandeira do Brasil que transmitiam um ideal nacionalista.

Desta forma, pode-se concluir que o período de maior endurecimento do regime foi também o que apresentou o maior controle midiático, norteado pelo desejo de consolidar ideologicamente o governo e manter os opositores - estudantes, intelectuais de esquerda e a frente ampla – vigiados e com direitos civis limitados.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1965.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder - De 1964 ao AI-5**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

CASTRO NETTO, David Antonio. **Legitimação e ditadura: A propaganda comercial em foco**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009.

_____. **Consumo e conservadorismo: uma análise da propaganda brasileira durante a ditadura militar.** História e Cultura, Franca, v. 5, n. 3, p. 243-266, dez. 2016.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

LOPES, Luís Carlos. **O culto às mídias, interpretação, cultura e contratos.** São Carlos: Edufscar, 2004.

MOURA, Cláudia Peixoto de (org). **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964, história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974).** Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-152).

SCHEID, Daiane. **Relações públicas e ditadura militar: Implicações e impressões.** Artigo em periódico, Cadernos de Comunicação, V.18, N.1, 2014.

SIEGA, Paula Regina. **A seguir, cenas de um regime militar: política e propaganda nas novelas brasileiras dos anos 1970.** Revista de história e estudos culturais, vol. 4, ano IV, 2007. SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.